



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Eu, _____,
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____, do CPF nº _____, declaro para fins de
apresentação na UFSM, que me encontro na seguinte situação ocupacional:

☐ Trabalhador(a) autônomo(a) ou informal com renda mensal aproximada de R\$
_____ exercendo a função de _____.

☐ Trabalhador(a) do lar, sem remuneração.

☐ Estudante, sem remuneração

☐ Estudante Bolsista (Mestrado/Doutorado)

☐ Recebo ajuda financeira de terceiros ou outros familiares no valor mensal de
R\$ _____

☐ Grupo familiar recebe rendas provenientes de aluguéis no valor de R\$: _____ (se for
através de contrato formal ou outra documentação como recibos ou depósitos pode anexar
comprovantes);

☐ Desempregado(a), há _____ (tempo), sem exercício de qualquer atividade
remunerada.

☐ Outra (descrever a ocupação e a renda mensal
_____)

Contribuição para o INSS ☐ SIM ☐ NÃO

Assumo inteira responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo crime de falsidade
ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações
prestadas poderão indeferir a solicitação do estudante.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do declarante

Código Penal – Estelionato: Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade Ideológica: Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser descrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular